



“APOSTA EPISTÊMICA”: O FEMINISMO DESCOLONIAL DE YUDERKYS ESPINOSA MIÑOSO

SUSANA DE CASTRO¹

RESUMO: Este texto aborda a perspectiva do feminismo descolonial da afrocaribenha Yuderkys E. Miñoso. Também aborda sua análise das co-constituição das opressões a partir do marco teórico da pós-colonialidade e da teoria da colonialidade do gênero e da raça. Seu trabalho desenvolve a crítica descolonial à modernidade a partir da crítica da razão feminista..

PALAVRAS-CHAVE: Subalternidade, Sistema Moderno-Colonial de Gênero, Hegemonia, Racismo.

ABSTRACT: This article addresses the decolonial feminism approach of the Afro-Caribbean Yuderkys E. Miñoso. It also addresses her analysis of the co-constitution of oppressions from the theoretical framework of post-coloniality and the theory of coloniality of gender and race. Her work develops the decolonial critique of modernity based on the critique of feminist reason.

KEYWORDS: Subalternity, Modern-Colonial Gender System, Hegemony, Racism.

Yuderkys Espinosa Miñoso, nascida em Santo Domingo, na República Dominicana, membro do Grupo Latinoamericano de Estudio, Formación y Acción Feminista (GLEFAS), figura entre as mais importantes intelectuais do chamado feminismo descolonial. Para a afrocaribenha, o feminismo descolonial é, antes de tudo, uma ‘aposta epistêmica’ (2017a).

O feminismo descolonial latino-americano ‘surge’ oficialmente em 2008 com os ensaios “Colonialidad y Género: hacia um feminismo descolonial” da argentina Maria Lugones e a coletânea de ensaios *Escritos de una lesbiana oscura. Reflexiones críticas sobre feminismo y política de identidad em América Latina* de Yuderkys E. Miñoso. Ambas definem a agenda colonial a partir principalmente de dois marcos teóricos, (i) o feminismo negro/das mulheres de cor latinas e (ii) o giro descolonial do grupo modernidade/colonialidade. Miñoso ainda acrescenta a esses dois marcos, um terceiro, (iii) o feminismo pós-colonial. No meu entendimento, o motivo do acréscimo desse novo marco teórico se deve ao fato de Miñoso se interessar pelo tema da colonialidade do saber, desenvolvida em particular pelo filósofo Santiago Castro-Gómez, cujo livro *Crítica de la razón latinoamericana* lhe forneceu “as pistas daquilo que me interessava fazer e que, na verdade, já estava fazendo de maneira desarticulada”

¹ Professora de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Filosofia pela Ludwig Maxmilians Universität München (LMU). E-mail: susanadec@gmail.com.

(Miñoso, 2020, p. 100). Membro do grupo modernidade/colonialidade, o colombiano Castro-Gómez é conhecido por refletir acerca de problemas metodológicos e epistemológicos das ciências sociais e explorar as fronteiras entre a literatura, a sociologia e a antropologia. Critica o que chama de epistemologia do ‘ponto zero’, uma epistemologia de base moderna ocidental com pretensões de universalidade e neutralidade. Miñoso interessou-se particularmente, a partir da leitura do livro de Castro-Gómez, pelo chamado feito por outro filósofo colombiano, Roberto Salazar Ramos, pelo desenvolvimento de uma arqueologia do “latino-americano”, para tentar encontrar os dispositivos discursivos que “dotaram a América Latina de certa especificidade e exterioridade diante da razão moderna ocidental” (MIÑOSO, 2020, p. 100). Interessou-lhe transpor o chamado de Salazar Ramos para o campo do feminismo na América Latina e se perguntar de que maneira foi possível às feministas latino americanas se tornarem as “mulheres progressistas do nosso tempo”, isto é, mulheres que convocam marchas pelo “direito do aborto”, que gritam “meu corpo, minhas regras”, ou “liberdade em casa, e na rua”. Feministas que pressionam pela criação de leis de igualdade de gênero e de cotas para as mulheres. Interessou-se perguntar sobre o que nós estamos fazendo com o nosso fazer e o nosso dizer, quando reproduzimos a pauta e as palavras de ordem do feminismo hegemônico do Norte. Seria possível que nossa localização geopolítica não interferisse nessas pautas? Seria possível que as questões e os problemas das mulheres do norte global fossem as mesmas das mulheres do sul global? Foi assim que ela formulou a ideia de uma “razão feminista” universal e eurocêntrica. (MIÑOSO, 2020, 102). Da mesma forma que Castro-Gomez, as feministas pós-coloniais também foram influenciadas pela metodologia e epistemologia da arqueologia e da genealogia que, ao invés de perguntar pela causa de um fenômeno, pergunta pelo seu efeito, pelas produções discursivas e aparatos disciplinadores que o conduziram até lá, ao investigarem o que faz com que as mulheres subalternas do terceiro mundo não possam falar, mas precisem ter seu lugar de fala ocupado pelo feminismo hegemônico. As feministas pós-coloniais trabalham particularmente no campo da crítica à epistemologia e metodologia científica hegemônicas, e na busca por novos paradigmas epistemológicos, não hegemônicos, que levem em consideração o conhecimento situado e a conjuntura da geopolítica do conhecimento. Miñoso incorpora em seus trabalhos as noções pós-coloniais de ‘subalternidade’, ‘violência epistêmica’, ‘colonização discursiva’, ‘privilegio epistêmico’, ‘hegemonia e contra-hegemonia’, desenvolvidas por Chandra Mohanty (2008), mas seu foco está na investigação da colonialidade da razão feminista do sul global. Busca elucidar os dispositivos que levam à feminista latino-americana a

reproduzir a mesma relação de privilégio epistêmico utilizada pela feminista do Norte, para silenciar suas nacionais do campo dos saberes populares, invisibilizando-as e silenciando-as.

1.

Yuderkys Espinosa Miñoso adere à visão de Maria Lugones segundo a qual o feminismo hegemônico do Norte é racista na medida em que não trata gênero, raça e sexualidade como opressões consubstanciadas, e pretende tratar da opressão de gênero como se essa pudesse ser tratada separadamente, como uma opressão que une todas as mulheres na luta contra a misoginia e o patriarcado. Se ser mulher é o que une as mulheres do mundo todo, então seria natural esperar que desde seu lugar de fala como mulher, a feminista acadêmica dos Estados Unidos estaria autorizada a interpretar e descrever a experiência de todas as mulheres, inclusive às que habitam países marcados pela ferida colonial? Somente quando o feminismo adota a razão moderna é que ele pode aceitar essa ocupação do lugar de fala, essa colonização discursiva pelo feminismo hegemônico. Sem esse arcabouço protetor da racionalidade moderna, a razão feminista da feminista do Norte perde seu ‘direito’ de falar sobre a subalterna, pois todo conhecimento é situado. Evidente que a recusa em adotar um conhecimento situado, e a perseverança no uso de categorias universais da modernidade pela razão feminista, denota também um jogo de poder. Abrir mão do seu privilégio epistêmico ao reconhecer seu lugar privilegiado dentro da geopolítica do conhecimento por ser acadêmica do norte global, branca e de classe média, significaria em última mão abrir de um lugar de poder. A mesma crítica que o feminismo fez à razão moderna em função da sua adoção de uma perspectiva situada, a androcêntrica, como se ela possuísse validade ‘universal’ para os dois gêneros, poderia ser feita às feministas acadêmicas liberais quando estas universalizam o sujeito ‘mulheres’ e se colocam como porta vozes desse sujeito universal monolítico.

A teoria de María Lugones sobre sistema moderno/colonial de gênero está alicerçada na teoria da ‘colonialidade do poder’, do sociólogo peruano Aníbal Quijano (2000), segundo a qual na época da colonização das Américas, primeira etapa da globalização do sistema econômico capitalista, foi utilizado pela primeira vez na história um padrão de poder não mais exclusivamente alicerçado na superioridade de força e armamento do colonizador, mas sim um padrão de poder que justificava a diferença colonial entre colonizador e colonizado a partir de uma ideia abstrata, ‘raça’: “(...), uma construcción mental que expresa la experiencia básica de la dominación colonial” (QUIJANO, 2000, p. 202). Através da codificação das diferenças

entre colonizador e colonizado que colocava uns em situação natural de inferioridade com relação a outros, a ideia de raça constituiu o eixo principal dessa nova forma de poder (QUIJANO, 200, p. 202). Historicamente isso significou uma nova forma de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominados e dominadores. Até hoje, essa nova maneira de legitimação de hierarquia se mostrou ser o instrumento mais eficaz de dominação social universal. Não foi descoberta outra categoria que substituísse com a mesma eficácia a ideia de raça, isto é, que legitimasse uma distribuição desigual de poder no mundo. A partir da noção de inferioridade “natural” dos conquistados, decorre também a consideração de inferioridade fenotípica, assim como a inferioridade da sua produção pensamento e cultura. (QUIJANO, 2000, p. 203)

Para Quijano, a dominação masculina sobre a mulher, chamada por ele de *inter-sexo* ou de gênero, constitui outro instrumento eficaz e permanente de dominação social com vocação mundial, porém é muito mais antigo a dominação racial inaugurada com a colonização das Américas (QUIJANO, 2000, p. 203). Lugones (2008) discorda, porém, dessa antiguidade atribuída por Quijano ao gênero como forma de poder com vocação mundial. Ela sustenta que assim como o constructo mental ‘raça’, ‘gênero’ como forma de controle social da população dominada também foi ‘inaugurado’ com a colonização das Américas. A feminista descolonial argentina cunhou a expressão ‘sistema moderno-colonial de gênero’ para descrever essa outra ferramenta de controle social da população com vocação mundial utilizada pelo novo modelo de colonização europeia, a categoria ‘gênero’². ‘Mulheres’ nativas e africanas submetidas permanentemente à violência sexual como forma de dominação eram consideradas ‘não-mulheres’ porque o colonizador hipocritamente as atribuía uma voracidade sexual e uma força física a qual na visão europeia seria própria à norma do gênero ‘masculino’, enquanto aos homens nativos e negros, atribuía-lhes uma passividade e falta de agência próprias ao modo de comportamento do gênero feminino. Para Lugones, não havia até então nas sociedades pré-coloniais a ideia de que a divisão de gênero deveria regular o comportamento social dos indivíduos.³ Assim, à inferioridade racial dos dominados foi acrescida uma outra ferramenta, a

² Ainda que a categoria analítica ‘gênero’ só tenha de fato sido criada para descrever as relações entre homens e mulheres, bem posteriormente, no século XX, a ideia de que a diferença sexual representa uma diferença fundamental de personalidade, competência e habilidade, data da época moderna, como o atesta também Silvia Federici (2017). Uma discussão importante para a análise de Lugones é a questão de como a diferença de gênero representa uma imposição não só do patriarcado, mas também da heterossexualidade compulsória. Enquanto mecanismo disciplinar, a sexualidade da mulher e a do homem são determinadas compulsoriamente pelo desejo heteronormativo.

³ Lugones sustenta tal posição a partir principalmente de duas obras, a de Oyeronké Oyewùmi, *The Invention of Women. Making an African Sense of Western Gender Discourses* (1997), no qual a autora questiona a validade transcultural da categoria ‘patriarcado’ a partir do seu estudo da organização da sociedade Yorubá antes da

da sua inferioridade de gênero. Em ambos os casos, a finalidade era a mesma, desumanizar os colonizados, bestializá-los, a fim de justificar tanto as violências e maus tratos, quanto impor uma forma de dominação com altíssima eficácia. A ‘racionalidade’ do eurocentrismo, seu modo de descrever e interpretar o mundo a partir de conceitos e categorias dicotômicas, torna-se automaticamente a norma nas colônias após séculos de aniquilamento e dominação. À diferença colonial entre colonizado e colonizador são associadas dicotomias advindas da diferença fundante entre animal/humano e natureza/cultura, de tal maneira que as gerações seguintes procurarão cada vez mais buscar o apagamento de qualquer traço que possa remeter aos antepassados não europeus, tais como mitos e formas de sociabilidade, por remeterem à ferida não curada do colonialismo, à condição abjeta de animal. Por fim, quando não havia mais traços significantes da cultura e pensamento do povo dominado, capazes de oferecer alguma resistência aos interesses da dominação europeia-capitalista mundial, dá-se sem grandes rupturas a transição das Colônias para as Repúblicas independentes. Graças às ferramentas disponibilizadas pela modernidade filosófica e política europeia, como as estratégias disciplinares das instituições religiosas e educacionais incumbidas da tarefa de formatar a subjetividade do colono a partir das normas de sociabilidade da metrópole, foi possível ao colonizador dominar um povo sem o uso ostensivo da força. Tal estratégia de domínio foi/é tão eficaz que se verifica o predomínio forte do ideal de branquitude nas sociedades latino americanas contemporâneas.

Até hoje, os corpos racializados de negros, índios e de seus descendentes são classificados nos países latino americanos a partir do ideal de branquitude, do binômio feminilidade/masculinidade e seu significado heteronormativo. Os que não alcançam esse ideal, ficam fisicamente marcados por essas duas grandes ‘falhas’, a da raça e a do gênero, e são silenciados e subalternizados. Tais ideais de branquitude e heteronormatividade perduram como marcas indelévels do modo de organização das sociedades após a independência das colônias, e determinam o modo de distribuição de poder e prestígio segundo os critérios da branquitude, do gênero e da sexualidade. Na medida em que o colonialismo e o capitalismo globalizado foram avançando, esse modelo de controle social foi sendo reproduzido em outras colônias, constituindo o primeiro sistema-mundo dominado pelo ‘ocidente’.

colonização ocidental e de seu entendimento de que a categoria de ‘gênero’, isto é, a divisão de tarefas a partir da divisão sexual, não era um princípio de organização social; e a de Paula Gunn Allen, *The Sacred Hoop. Recovering the Feminine in American Indian Traditions* (1986), no qual a autora caracteriza o modelo ginococrático de organização de muitas tribos de Nativos Americanos, guiadas pelo entendimento de que a força primária do universo era feminina.

As feministas pós-coloniais não trabalham com esse mesmo marco temporal da origem do ‘sistema moderno/colonial de gênero’ na colonização da América, mas concordam que a distribuição de privilégio epistêmico entre os que podem e os que não podem falar, entre os subalternos e os hegemônicos, é um dos efeitos do domínio ocidental europeu colonial, por isso chamam de ‘colonização discursiva’ à apropriação e codificação da ‘produção acadêmica’ e o ‘conhecimento’ acerca das ‘mulheres do terceiro mundo’ por meio de categorias analíticas particulares, utilizadas pelo feminismo acadêmico hegemônico, isto é, do feminismo de matriz ocidental originário dos países da Europa ocidental e dos Estados Unidos. A categoria analítica mais representativa dessa ‘colonização discursiva’ é a de ‘mulheres’. Por meio dessa categoria analítica pretensamente ‘universal’, feministas ocidentais brancas racistas apelam, de maneira condescendente, à sororidade transnacional (‘somos todas irmãs na luta contra o patriarcado’) como justificativa para seu interesse em ‘ajudá-las’ sugerindo-lhes saídas para a *sua* opressão de gênero (MOHANTY, 2008). Mas, na verdade, a ‘colonização discursiva’ das mulheres do norte global sobre as mulheres do sul global representa uma estratégia de dominação do feminismo do norte hegemônico sobre o sul subalterno através do silenciamento da subalterna. Todo o conhecimento *situado*, único porque derivado da experiência das mulheres subalternas e sua *episteme* local, é negligenciado e apagado em nome do nivelamento de todas as experiências a um só denominador comum, por exemplo, o das ‘mulheres do terceiro mundo’, que passam a ser descritas e representadas pelas feministas hegemônicas do norte, que assumem o papel de porta vozes das mulheres do terceiro mundo impedidas de falar porque supostamente oprimidas pelo patriarcado atrasado e primitivo da sua região subdesenvolvida. Como alerta Gayatri Spivak, a voz da subalterna fica eclipsada pelos discursos sobre ela. Sua experiência é assim *colonizada* por esses discursos, isto é, *lhe* é expropriada (MIÑOSO, 2017a, p. 15).

Seguindo o campo aberto pelo feminismo pós-colonial a propósito da análise do discurso colonizador, isto é, silenciador das subjetividades subalternas, do feminismo hegemônico, Miñoso localiza seu projeto fundamental na tentativa de pensar o feminismo latino-americano em sua multiplicidade de discursos, propostas e práticas majoritárias e minoritárias (2017a). Além disso, como as feministas pós-coloniais, realiza a crítica do feminismo hegemônico do norte a partir da sua posição geopolítica de intelectual do sul periférico. Miñoso, a exemplo do que fizera Lugones com a criação da expressão ‘sistema moderno/colonial de gênero’ para descrever um modo específico da ‘colonialidade do poder’, a ‘colonialidade de gênero’, anuncia um outro dispositivo do padrão de poder colonial, a ‘colonialidade da razão feminista’ (2020, p. 99). O feminismo hegemônico mostra seu

compromisso com o projeto europeu racista e imperialista da modernidade e colabora com a sua manutenção e expansão quando ignora a co-constituição das opressões e elege ‘gênero’ como a categoria maior de opressão das mulheres, acima da opressão racial, étnica, econômica e sexual (MIÑOSO, 2019). Miñoso segue a tese de Patricia Hill Collins segundo a qual a matriz de dominação das mulheres negras ocorre em três dimensões interdependentes, a econômica, a política e a ideológica. Dessa maneira, Collins mostra a matriz que faz da mulher negra a mais explorada politicamente, a que possui menos direitos e privilégios na sociedade, e aquela sobre a qual incide o maior número de estereótipos (MIÑOSO, 2019, p. 285-286). Certamente, acreditar que a opressão de gênero possa ser analisada isoladamente, como um sistema de opressão específico que não possui relação com a exploração capitalista e imperialista da mão de obra negra, ou de cor, ou com a geopolítica e a relação desigual entre os países do norte e do sul, tal qual proposto pelo feminismo hegemônico, propicia tanto a manutenção da ordem política e econômica global desigual, quanto a manutenção do racismo estrutural e institucional do sistema liberal e capitalista, já que, ao fragmentar a opressão, o imbricamento entre racismo, colonialismo, capitalismo, heterossexismo e patriarcado fica oculto. O feminismo atual incorporou certamente as questões levantadas pelos diversos conhecimentos situados de mulheres subalternas, mas mesmo assim essas mulheres não foram ouvidas no espaço acadêmico.

(...) el feminismo no sólo aseguró un sujeto mujer universal representado por las mujeres blancas, heterosexuales, de clase media, sino que aún hoy, asumida la denuncia dentro de un corpus teórico prolífico, asegura la permanencia de esta sujeta hegemónica mediante un discurso que se cuida de integrar ciertos contenidos de la voz de la subalterna pero no a la sujeta productora de estos conocimientos, quien sigue relegada o marginalizada en los espacios académicos e intelectuales. (...) las lesbianas no blancas, las afrodescendientes, las indígenas y mestizas trabajadoras de este mundo parecen haber sido incorporadas en los estudios de género sin estarlo, a través de un corpus teórico que ellas han producido desde un pensamiento situado (...) (MIÑOSO, 2017b, p. 59)

2.

Miñoso tem um papel central na crítica aos feminismos com vocação de poder na sua própria região, na América Latina. Ainda que subalternizadas em função da sua localização na academia da periferia do capitalismo, e, portanto, sem condições de concorrer com a produção acadêmica da colega feminista do Norte, cujo poder econômico e de status outorga maior legitimidade aos seus trabalhos acadêmicos, graças aos seus privilégios de classe e raça, a feminista hegemônica da periferia se beneficia dos marcos conceituais ocidentais e etnocêntricos que produzem a ‘mulher do terceiro mundo’ como seu Outro (a negra, a lésbica, a índia, a pobre, a ignorante) constitutivo. Contribuem assim ativamente para a permanência do

projeto colonial de silenciamento e impedimento de agência das verdadeiras subalternas latino-americanas. (MIÑOSO, 2017a, p.14)

O feminismo descolonial não hegemônico defende uma metodologia epistêmica que leve em consideração a impossibilidade de subsumir na identidade única abstrata de mulher, as diversas experiências de mulheres de diferentes regiões e classes sociais. Defende que a feminista acadêmica deixe de exercitar seu privilégio social e não fale em nome das outras mulheres, mas procure construir espaços em que as subalternas possam ser escutadas. Somente quando compreendemos que a luta anti-patriarcal não está separada da luta antirracista, anti-imperialista e anticapitalista, é que entenderemos o quanto a aceitação da condição de subalternidade se apresenta mais como uma saída de resistência e união do que de submetimento. Se conseguirmos nos livrar da colonialidade da razão feminista que nos coloca em uma posição de opressoras, de colonizadoras discursivas da fala das subalternas, nós feministas acadêmicas do sul global acabaremos retornando de maneira mais efetiva ao ideal feminista revolucionário. O feminismo só irá transformar o mundo se estiver disposto a combater o sistema que produz as subalternidades e opressões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Miñoso, Yuderkys E. “Superando el análisis fragmentado de la dominación: una revisión feminista descolonial de la perspectiva de la interseccionalidad”, 2019. *Academia.edu*

------. “Fazendo uma genealogia da experiência; o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina”. In: Hollanda, Heloisa Buarque (org.) *Pensamento Feminista Hoje: perspectiva decolonial*. Rio de Janeiro: Bazar, 2020.

------. “Etnocentrismo y colonialidad em los feminismos latino-americanos: Complicidades y consolidación de las hegemonias feministas em el espacio transnacional” (2009). In: Yuderkys E. *Miñoso – textos seleccionados*. Bogotá: Editorial en la frontera, 2017a.

------. “El sentido de la teoría y la academia feminista: una mirada desde la subalternidad” (2008 – versão melhorada). In: Yuderkys E. *Miñoso – textos seleccionados*. Bogotá: Editorial en la frontera, 2017b.

Lugones, Maria. “Colonialidad y Género: hacia un feminismo descolonial”. In: Mignolo, Walter (org.) *Género y descolonialidad*. Buenos Aires: Del Signo, 2008.

Mohanty, Chandra. “Bajo los ojos de occidente. Academia feminista y discurso colonial” (1984). In: Liliana Suárez Navaz & Aída Hernandez (org.). *Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes*. Madri; Cátedra, 2008.

Quijano, Aníbal. “Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina”. In: *Colonialidad del saber, Eurocentrismo y Ciencias Sociales*. Buenos Aires: Clasco-Unesco, 2000.